



Natália Lampert Batista
(Organizadora)

GEOGRAFIA: DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Natália Lampert Batista

(Organizadora)

Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia [recurso eletrônico] : desenvolvimento científico e tecnológico / Organizadora Natália Lampert Batista. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-489-4 DOI 10.22533/at.ed.894191807 1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. CDD 910.03
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Geografia é uma ciência eclética e versátil. Ela permeia diferentes campos do saber e se constitui de um objeto de estudo dinâmico e híbrido: o espaço geográfico. Para entender o espaço geográfico é necessário compreender as interfaces humanas, sociais, físicas, ambientais e políticas desta área do conhecimento, bem como se dedicar ao entendimento do seu ensino em sala de aula. O objeto de análise da Geografia é fluído e dialético e, portanto, é preciso constantemente (re)pensar seus focos de investigação e difundir novos saberes sobre essa relevante área do conhecimento.

Assim, o livro “Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico” desponta neste cenário para contribuir, mesmo que momentaneamente, com o estado da arte da ciência geográfica, trazendo relevantes pesquisas sobre diferentes enfoques geográficos. Os primeiros capítulos do livro se vinculam, preponderantemente, com o lado humano, político e social desta ciência. Na sequência, encontram-se as temáticas mais voltadas a Geografia Física. Por fim, destacam-se os textos atrelados ao ensino de Geografia, a Educação Geográfica e a necessidade de uma educação crítica no que tange a busca por um processo de ensino-aprendizagem significativo e emancipatório.

No capítulo “Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para o desenvolvimento rural sustentável”, Aldeane Machado Dias e Ana Carolina Silva dos Anjos discutem como a agroecologia no Brasil vem se mostrando como um caminho para transformar o rural contemporâneo. Em “Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos?”, Rosaly Stange Azevedo e André Filipe Pereira Reid dos Santos apresentam os pontos centrais dos paradigmas sobre os quais se desenvolve o debate sobre a complexidade da questão agrária na atualidade.

Andressa Garcia Fontana, Alessandro Carvalho Miola, Ricardo Vieira da Silva e Vitor Hugo de Almeida Junior também enfocam o rural no capítulo “Análise dos condicionantes de distribuição espacial de produtores de frutas, legumes e verduras na região central do Rio Grande do Sul”, cujo objetivo foi analisar os fatores condicionantes para a distribuição de produtores de frutas, legumes e verduras a partir de uma abordagem de análise geoespacial. Já Evandro André Félix, Valéria do Ó Loiola e Célia Alves de Souza apontam que os processos de mercantilização da água se configuram por meio do estabelecimento de controle e posse dos recursos hídricos, seguido de sua valoração e comercialização por meio do capítulo “Mercantilização da água e Agronegócio, conceitos e perspectiva de inserção na bacia hidrográfica do Rio Cabaçal/MT: aspetos atuais e tendências na dinâmica socioespacial e hidrológica”.

No capítulo “O trabalho dos haitianos na agroindústria de Cascavel/PR”, Lineker Alan Gabriel Nunes e Ideni Terezinha Antonello visam investigar a inserção dos imigrantes haitianos no município de Cascavel/PR a partir da perspectiva das suas condições de trabalho. Já Adelange dos Santos Costa debate “A Reforma Trabalhista Brasileira, Neoliberalismo versus Direitos do Trabalhador”, refletindo criticamente sobre a Reforma Trabalhista Brasileira aprovada no ano de 2017.

Na sequência, Gil Carlos Silveira Porto traz “Notas sobre o planejamento urbano e regional” evidenciando algumas dimensões desse tema no Brasil. Paula Pontes Caixeta e Idelvone Mendes Ferreira, em “Complexidade entre paisagem e território no município de Catalão (GO): análise contextual”, trazem uma contextualização entre a paisagem e o território a partir da análise da legislação ambiental vigente no Plano Diretor de Catalão (GO), através de revisão teórico-conceitual. Beatriz da Silva Souza apresenta o capítulo “Perspectivas entre Geografia e Literatura: o lugar na obra ‘Casa de Pensão’ de Aluísio Azevedo” que estabelece o diálogo entre a Geografia e a Literatura com abordagens fenomenológicas e de cunho humanístico.

Sob a perspectiva da Geografia Física, Douglas Cristino Leal debate “A importância do radar meteorológico na previsão de desastres naturais”. Ademais o artigo conta com uma análise episódica que elucida uma situação de instabilidade atmosférica severa. Rubia Cristina da Silva e João Donizete Lima realizam o “Mapeamento da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Rio Dourados (MG)”, destacando que a bacia possui risco forte de susceptibilidade a erosão, onde o mapeamento realizado é eficaz para a compreensão da fragilidade ambiental na medida em que considera as características topográficas e naturais como também a influência antrópica no meio ambiente. Karolina Gameiro Cota Dias e Carla Maciel Salgado apresentam “Exercícios práticos para o estudo de processos geomorfológicos” resultantes da disciplina de Geomorfologia Continental, inserida no Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O capítulo “A formação continuada do professor de Geografia versus semana pedagógica: um processo consistente?”, de Francisco das Chagas Nascimento Ferreira, teve como objetivo a realização de uma breve revisão bibliográfica acerca da formação continuada de professores, relacionada ao contexto das semanas pedagógicas, em especial, a formação do professor de Geografia do Ensino Fundamental II. José Marcelo Soares de Oliveira, Livana Sousa Guimarães, Maria Raiane de Mesquita Gomes, Ernane Cortez Lima e José Falcão Sobrinho, no capítulo “Água para quem? Entendendo a geografia política da água”, buscam abordar o tratamento que é dado às práticas de economia de água, que visam uma melhor convivência no ambiente semiárido, desenvolvendo oficinas com alunos do Ensino Médio no município de Sobral/CE. Já Edson José do Nascimento e Adriana Castreghini de Freitas Pereira debatem a relação entre o espaço vivido dos alunos com o livro didático em “O livro didático e os conteúdos sobre a cidade no 7º ano em uso nas salas de aulas no município de Ibiporã/PR”.

No capítulo “O uso de games e filmes no ensino de Geografia: um estudo de caso com alunos do 3º ano do Ensino Médio”, David Augusto Santos e Eduardo Donizeti Giroto relatam o desenvolvimento de práticas com vistas a interpretações de filmes e jogos a partir de conceitos geográficos como território, espaço, lugar, escala. Nesta mesma linha inovadora e lúdica do ensino de Geografia, Jaqueline Daniela da Rosa discute “Os multiletramentos no estudo do município em Geografia: uma

prática interdisciplinar utilizando fotografia e escrita” que resultou na elaboração de um produto pedagógico para o ensino da Geografia com crianças, voltado principalmente ao letramento visual e digital e leitura e escrita.

Iapony Rodrigues Galvão, Dênis Vitor Batista de Brito, Jéssica Adriana de Oliveira Macedo, Mônica Gabriela Dantas de Medeiros e Wesley Anderson Pereira da Silva, no capítulo “Reflexões sobre a distribuição espacial do docente de Geografia capacitado para o ensino de libras em Carnaúba dos Dantas/RN, Jardim do Seridó/RN e Caicó/RN” buscaram compreender a distribuição de docentes de Geografia que possuem capacitação para traduzir o conhecimento geográfico para alunos surdos ou deficientes auditivos. Por fim, Maria Heloiza Bezerra da Silva debate “O ensino da matemática na educação de jovens e adultos trabalhadores rurais: a (im)possível aprendizagem para uma emancipação social crítica”. Esse capítulo tem origem nas discussões sobre Educação e Trabalho e sobre Educação Crítica associadas à busca de uma aprendizagem crítica, significativa e emancipatória.

Portanto, o livro “Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico” apresenta diferentes perspectivas sobre o conhecimento geográfico e suas diferentes áreas de abrangência, isto é, a análise e discussão sobre o espaço geográfico, as paisagens, os lugares, as regiões e os territórios que constituem o objeto da Geografia. Essa diversidade de temáticas demonstra a versatilidade da abordagem geográfica e reúne uma série de pesquisas de qualificados profissionais da área e de ciências afins, levando-nos a (re)pensar atualidade da abordagem da Geografia na contemporaneidade.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Natália Lampert Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
Aldeane Machado Dias Ana Carolina Silva Dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.8941918071	
CAPÍTULO 2	8
CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR: MESMOS SUJEITOS?	
Rosaly Stange Azevedo André Filipe Pereira Reid dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8941918072	
CAPÍTULO 3	22
ANÁLISE DOS CONDICIONANTES DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE PRODUTORES DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	
Andressa Garcia Fontana Alessandro Carvalho Miola Ricardo Vieira da Silva Vitor Hugo de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.8941918073	
CAPÍTULO 4	41
MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA E AGRONEGÓCIO, CONCEITOS E PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CABAÇAL/MT: ASPETOS ATUAIS E TENDÊNCIAS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E HIDROLÓGICA	
Evandro André Félix Valéria do Ó Loiola Célia Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8941918074	
CAPÍTULO 5	54
O TRABALHO DOS HAITIANOS NA AGROINDÚSTRIA DE CASCAVEL/PR	
Lineker Alan Gabriel Nunes Ideni Terezinha Antonello	
DOI 10.22533/at.ed.8941918075	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA, NEOLIBERALISMO X DIREITOS DO TRABALHADOR	
Adelange Dos Santos Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8941918076	
CAPÍTULO 7	74
NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Gil Carlos Silveira Porto	
DOI 10.22533/at.ed.8941918077	

CAPÍTULO 8	78
COMPLEXIDADE ENTRE PAISAGEM E TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): ANÁLISE CONTEXTUAL	
Paula Pontes Caixeta Idelvone Mendes Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8941918078	
CAPÍTULO 9	91
PERSPECTIVAS ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA: O LUGAR NA OBRA “CASA DE PENSÃO” DE ALUÍSIO AZEVEDO	
Beatriz da Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8941918079	
CAPÍTULO 10	102
A IMPORTÂNCIA DO RADAR METEOROLÓGICO NA PREVISÃO DE DESASTRES NATURAIS	
Douglas Cristino Leal	
DOI 10.22533/at.ed.89419180710	
CAPÍTULO 11	114
MAPEAMENTO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOURADOS (MG)	
Rubia Cristina da Silva João Donizete Lima	
DOI 10.22533/at.ed.89419180711	
CAPÍTULO 12	129
EXERCÍCIOS PRÁTICOS PARA O ESTUDO DE PROCESSOS GEOMORFOLÓGICOS	
Karolina Gameiro Cota Dias Carla Maciel Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.89419180712	
CAPÍTULO 13	135
A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA X SEMANA PEDAGÓGICA: UM PROCESSO CONSISTENTE?	
Francisco das Chagas Nascimento Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.89419180713	
CAPÍTULO 14	144
ÁGUA PARA QUEM? ENTENDENDO A GEOGRAFIA POLÍTICA DA ÁGUA	
José Marcelo Soares de Oliveira Livana Sousa Guimarães Maria Raiane de Mesquita Gomes Ernane Cortez Lima José Falcão Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.89419180714	

CAPÍTULO 15	154
O LIVRO DIDÁTICO E OS CONTEÚDOS SOBRE A CIDADE NO 7º ANO EM USO NAS SALAS DE AULAS NO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ/PR	
Edson José do Nascimento Adriana Castreghini de Freitas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.89419180715	
CAPÍTULO 16	164
O USO DE GAMES E FILMES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO	
David Augusto Santos Eduardo Donizeti Giroto	
DOI 10.22533/at.ed.89419180716	
CAPÍTULO 17	175
OS MULTILETRAMENTOS NO ESTUDO DO MUNICÍPIO EM GEOGRAFIA: UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR UTILIZANDO FOTOGRAFIA E ESCRITA	
Jaqueline Daniela da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.89419180717	
CAPÍTULO 18	186
REFLEXÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO DOCENTE DE GEOGRAFIA CAPACITADO PARA O ENSINO DE LIBRAS EM CÂRNAÚBA DOS DANTAS/RN, JARDIM DO SERIDÓ/RN E CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão Dênis Vitor Batista de Brito Jéssica Adriana de Oliveira Macedo Mônica Gabriela Dantas de Medeiros Wesley Anderson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89419180718	
CAPÍTULO 19	194
O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES RURAIS: A (IM) POSSIVEL APRENDIZAGEM PARA UMA EMANCIPAÇÃO SOCIAL CRÍTICA	
Maria Heloiza Bezerra Da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89419180719	
CAPÍTULO 20	201
CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR SOBRE O ENVELHECIMENTO HUMANO NA CIDADE DE SENHOR DO BÔNFIGO – BA: UM OLHAR GEOGRÁFICO	
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega Lucas dos Santos Silva Valéria Cunha Rodrigues Érica Saane Miranda Alves	
DOI 10.22533/at.ed.89419180720	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR: MESMOS SUJEITOS?

Rosaly Stange Azevedo

Faculdade de Direito de Vitória ES

André Filipe Pereira Reid dos Santos

Faculdade de Direito de Vitória ES

RESUMO: O trabalho pretende analisar a confusão existente acerca dos conceitos de agricultura familiar e campesinato, mais especificamente responder se são categorias que abarcam os mesmos sujeitos ou, ao revés, sujeitos distintos. Para tanto, apresenta pontos centrais dos dois paradigmas sobre os quais se desenvolve o debate acerca da complexidade da chamada questão agrária, os quais possuem visões antagônicas: o paradigma da Questão Agrária, que vê o agricultor familiar e o camponês como mesmos sujeitos e o paradigma do Capitalismo Agrário, que entende que o agricultor familiar é o camponês inserido no mercado. A hipótese que será apresentada neste estudo segue as diretrizes do paradigma da Questão Agrária, de tradição marxista. Assim, o desafio a que nos propomos é demonstrar que agricultura familiar e campesinato são sinônimos, tendência pela reafirmação do prestígio das categorias “camponês” e “campesinato”, de forma a valorizar o agricultor que trabalha com sua família na terra, de onde retira o sustento de sua família. O método utilizado é o dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar.

Campesinato. Questão agrária.

PEASANTRY AND FAMILY FARMER: SAME SUBJECTS?

ABSTRACT: This article aims to analyze the existing confusion between the concepts of family farm and peasantry, more specifically to answer if they are categories that include the same subjects or different ones. In this sense, it shows the key points of two paradigms, with opposing views, over which the debate on the complexity of the agrarian question is developed: the paradigm of the agrarian question, which sees the family farmers and the peasant as the same subjects, and the paradigm of the agrarian capitalism, which sees the family farmer as the peasant in the work market. The hypothesis that will be presented in this study follows the same guidelines of the agrarian question paradigm, from a Marxian tradition. Therefore, the challenge that we proposed was to show that family farm and peasantry are synonyms, which tends to reaffirm the prestige of the categories “peasant” and “peasantry” in order to value the farmers who work with their families on the land, where they find the sustenance for their families. The method used is the dialectical.

KEYWORDS: Family farm. Peasantry. Agrarian question.

INTRODUÇÃO

O objetivo inicial deste artigo é responder ao seguinte questionamento: camponês e agricultor familiar são os mesmos sujeitos, ou tais conceitos designam identidades distintas, indivíduos com objetivos e anseios divergentes? A dificuldade teórica de avançar uma hipótese construtiva na análise das particularidades dos conceitos de campesinato e agricultura familiar demanda a observância de passos subsequentes, que serão articulados neste artigo.

A hipótese que será apresentada neste estudo segue as diretrizes do paradigma da Questão Agrária, de tradição marxista. O método utilizado é o dialético. Assim, o desafio a que nos propomos é demonstrar que agricultura familiar e campesinato são sinônimos, análise alinhada à tendência pela reafirmação do prestígio das categorias “camponês” e “campesinato”, de forma a valorizar o agricultor que trabalha com sua família na terra, de onde retira o sustento de sua família.

Estudar os problemas que se produzem no espaço rural requer um levantamento das teorias que servem para compreender o modo de vida do camponês e as pressões estruturais exercidas sobre ele. O trabalho realizado no campo tem características próprias e, em geral, os trabalhadores do campo são analisados pela sociologia e geografia como sendo camponeses. Mas a expressão “camponês” não é apenas uma mera nomenclatura, como será visto a seguir.

PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO

A ausência de perspectivas de futuro do campesinato em países periféricos como o Brasil guarda direta relação com a obsolescência dos antigos projetos políticos, pautados em análises tradicionais, os quais apostaram historicamente em uma agricultura baseada em latifúndios exportadores e monocultores. Assim, a análise dos paradigmas subjacentes às categorias “campesinato” e “agricultura familiar” não tem apenas repercussões teóricas. Antes, trata do reconhecimento do protagonismo do campesinato nas lutas pela terra e possibilita nortear e traçar perspectivas políticas, pautadas na superação do sistema capitalista, ou na noção de que os problemas agrários decorrentes do capitalismo devam ser solucionados internamente ao sistema. Em poucas palavras, o debate sobre a questão agrária tem, por pano de fundo, a escolha pela superação ou pela manutenção do capitalismo.

A resposta a que nos propomos, isso é, se o camponês e o agricultor familiar são o mesmo do mesmo, ou seja, mesmos sujeitos, se dará a partir da percepção de que a questão agrária se encontra em uma etapa científica específica, a fase de desenvolvimento denominada por Kuhn (2007) como *ciência normal*. Isso porque existe, na comunidade científica, uma aceitação da existência de duas matrizes disciplinares antagônicas sobre o problema agrário, contendo práticas de construção do conhecimento científico em comum (KUHN, 2007, p. 221), sobre as

quais desenvolveremos nossa tese. Campos (2012 p. 47) nos lembra que não é necessário que o paradigma ofereça respostas de forma imediata para que o conjunto de questões possa ser classificado como um “quebra-cabeças” a ser resolvido. Ao optar por uma exposição em forma de duas concepções paradigmáticas, metáfora da forma, resoluções pré-moldadas, corre-se o risco de descartar concepções e debates tidos como peças não essenciais, estranhas à montagem do “quebra-cabeça” dos paradigmas apresentados, em um processo artificial de universalização da ciência. Optamos por caminhar à beira do precipício, para caminhar, pois “mesmo coibindo o pesquisador a uma visão de mundo específica, o comprometimento com um paradigma é condição proeminente, pois favorece o avanço e o desenvolvimento das pesquisas” (CAMPOS, 2012 p. 49).

O “corte vertical” (CAMPOS, 2012 p. 49) foi feito. O desenho de nosso “quebra-cabeça” parte do pressuposto de que existe uma ciência dita normal a respeito da questão agrária. A montagem de nosso “jogo”, ou seja, a construção do presente texto segue o método proposto por Felício (2011), o qual possibilita compreender as teorias que compõem os dois paradigmas citados no título de seu estudo: o paradigma da Questão Agrária e o paradigma do Capitalismo Agrário. O procedimento sistemático percorrido por Felício foi adotado, neste primeiro tópico, em razão de sua clareza e didática, possibilitando a descrição e a explicação dos compromissos ideológicos subjacentes às duas principais linhas investigativas apresentadas. Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário são as duas lentes (SHANIN, 1983, p. 194) pelas quais se interpretam temas como o acesso à terra; a expansão do capitalismo no campo e o futuro do campesinato. Ênfases distintas para os mesmos problemas, pois “enquanto o paradigma da Questão Agrária denuncia a violência da exclusão e da expropriação, o paradigma do Capitalismo Agrário apenas constata” (FRNANDES, 2007, p. 79). Contudo, no que concerne ao prognóstico, a diferença é abissal. Enquanto que para o paradigma da Questão Agrária, a solução está na luta de classes e na destruição do capital, para o paradigma do Capitalismo Agrário a integração é a resposta para todos os problemas do homem do campo (FERNANDES, 2007, p. 79). Na disputa, mercado renegado *versus* mercado venerado.

A temática envolvendo a distribuição fundiária, no paradigma da Questão Agrária, entende que as desigualdades, raízes de todos os conflitos, são estruturais e decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo, só podendo ser superadas quando esse mesmo capitalismo for substituído por outra sociedade, não-capitalista. A partir do método dialético, compreendem-se as contradições do sistema e os processos históricos mediante a luta de classes. O trabalhador camponês é visto como um agente ativo na luta pela reforma agrária e, o campo, como espaço de resistência ao sistema capitalista, que se (re)cria, em uma elevada posição de protagonismo na superação do capital. Já na visão dos teóricos do Capitalismo Agrário, os problemas que giram em torno do tema agrário não são estruturais, como no paradigma anterior, mas conjunturais, pois decorrem do capitalismo e devem ser resolvidos pela lógica

interna ao sistema. O camponês é (re)criado pelo próprio capital, em sua lógica interna (FELÍCIO, 2011, p. 5-9). As principais linhas de argumentação partem da perspectiva de que o futuro do campesinato depende de sua integração ao sistema capitalista, por meio da submissão aos imperativos de mercado. Para os estudiosos dessa corrente, não há a chamada “questão agrária” no capitalismo.

O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

As origens do debate agrário remontam a corrente de pensamento denominada marxismo agrário, a qual tem grande influência de três importantes autores clássicos: Marx, Lênin e Kautsky. A avaliação das estruturas sociais formadas pelos camponeses, nas obras desses três pensadores, deve ser analisada de acordo com o momento histórico em que viveram. Os pontos convergentes entre os pensadores são: foram contemporâneos e viveram no inquieto período entre o século XIX e início do século XX, em que a produção capitalista consolidava-se. Os três autores acreditavam em uma radical transformação da sociedade, mediante a revolução armada, liderada pela classe proletária (BORSATTO; CARMO, 2013).

Os estudos de Marx não abordaram os pontos nucleares da questão agrária: a produção em bases familiares, suas tendências e sua importância no desenvolvimento do capitalismo. Especificamente acerca do tema campesinato, é possível perceber, nos escritos de Marx, uma visão política pessimista, como lembra Abramovay (2012, p. 32), a qual deve ser compreendida considerando-se as lutas políticas da época.

No pensamento de Marx (2011, p. 53-54), os camponeses não teriam o protagonismo no seu projeto socialista. Muito embora integrassem uma grande massa de trabalhadores que viviam em condições semelhantes, o isolamento, a ausência de divisão no trabalho e a pobreza, características do modo de produção campesino, acrescidos da dificuldade de comunicação, não permitiam o desenvolvimento de relações políticas de contestação. Ele chega a dizer que os camponeses são comparáveis a um saco de batatas: “A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas” (MARX, 2011, p. 54).

Kautsky foi o primeiro a formular uma teoria detalhada acerca da lógica do Capitalismo Agrário (CARNEIRO, 2009, p. 59). O prognóstico de Kautsky era que, com o advento do capitalismo e a industrialização no campo, a pequena propriedade desapareceria, dando lugar à grande propriedade agrícola, tecnicamente superior. A absorção das pequenas propriedades por parte das grandes era um fenômeno desejável, pois aceleraria o processo de expansão do socialismo no campo. As propriedades rurais com grandes áreas a serem cultivadas seriam mais apropriadas ao desenvolvimento do capitalismo, em razão de sua superioridade técnica em relação às pequenas propriedades. Assim, a “industrialização da agricultura” seria um objetivo a ser perseguido (KAUTSKY, 1980, p. 138-139).

O livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, publicado em 1899, é mais uma obra clássica da teoria agrária, de autoria de Vladimir Ilitch Lênin. Nesse estudo, Lênin descreve o processo de formação do mercado interno para o capitalismo russo e apresenta suas críticas aos ideólogos populistas, os quais repeliam o capitalismo na Rússia por considerarem-no uma regressão; consideravam o campesinato da comunidade como algo superior, negando suas contradições, e rejeitavam a interconexão entre os intelectuais, as instituições político-jurídicas da Rússia e as ambições e interesses de classes dominantes (NETTO, 1985, p. X-XI).

Engels (1981, p. 63) apregoava o perecimento do pequeno camponês: “o pequeno camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a perecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário”. Para ele, o que impede o camponês de dar ouvidos à propaganda socialista é o “o instinto de propriedade que está em seu sangue”. Como afirma Paulino (2012, p. 52), não se pode simplesmente dizer que Lênin e Kautsky incorreram em equívoco em seus prognósticos em relação ao futuro do pequeno produtor rural. Em verdade, suas ideias são fruto de uma “concepção linear do processo histórico, que pressupunha etapas a serem cumpridas para se chegar ao socialismo”. As teorias de Lênin e Kautsky são bastante próximas, muito embora as ênfases tenham sido diferentes.

A obra do economista agrário russo Alexander Vasilevich Chayanov é seminal ao paradigma da Questão Agrária (FELÍCIO, 2011) e essencial nas reflexões sobre a lógica constitutiva e a resistência do campesinato, muito embora não seja compreendida como de influência marxista. Baiardi e Alencar (2015), ao analisar a capacidade de adaptação do campesinato, registraram que, no Brasil, a divulgação acadêmica do pensamento de Chayanov teve início a partir da segunda metade da década de 70 do século XX, com o arrefecimento político da Ditadura Militar, no meio de um forte debate entre duas correntes de pensamento que buscavam a modernização agrária russa: a marxista e a populista. Aquela tentava aplicar as leis do materialismo histórico e o projeto de socialização das terras à lógica do campo, e esta, considerada pelos bolcheviques como de índole pequeno-burguesa, propunha a queda do regime czarista e a entrega das terras dos latifúndios para os agricultores familiares.

Na ótica de Rosa Luxemburg (1985), o campesinato, como relação de natureza pré-capitalista, é essencial à lógica do capitalismo, que se apropria tanto dos lucros gerados com o trabalho do agricultor familiar, quanto do trabalhador proletário. Diante de uma crise de realização, o capital deve, necessariamente, buscar uma espécie de complementação externa ao seu próprio sistema, reserva cujo caráter possua uma dimensão espacial. Isso explicaria a contradição histórica de os antigos países capitalistas, serem ao mesmo tempo, mercados imprescindíveis uns aos outros e concorrentes em suas relações com os países não-capitalistas (SANTOS, 2010).

Shanin (1983, p. 275-279) percebe o campesinato como um grupo que, apesar de constituir a maioria da população mundial, possui características estranhas aos conceitos gerais de sociedade contemporânea. Sua autonomia decorre de uma forte

autossuficiência e da capacidade de resistência às pressões e às crises do mercado. Compreende o camponês como um sujeito protagonista da história e sua existência põe em evidência os problemas estruturais da Questão Agrária.

Na teoria de Bartra (2007, p. 86), o capitalismo vem impondo um reino uniforme, no qual o campesinato constitui uma anomalia. Para ele, enquanto a indústria tende para a especialização e à monotonia tecnológica, o campo é lugar onde a heterogeneidade impera: uma variedade de climas, paisagens e solos, que acaba por produzir uma variedade de atividades produtivas, pluralidade de sociedades e culturas.

Em verdade, a importância da temática extrapola as fronteiras da produção agrícola e produz benefícios a toda a sociedade. Eis o fundamento do paradigma: um regime fundiário centrado no reconhecimento e valorização da classe camponesa, em que a partilha de terras é instrumento de democratização e distribuição de riqueza, em oposição à opção pelo modelo agroexportador e monocultor.

O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Os autores centrais da vertente do Capitalismo Agrário são Mendras e Lamarche, os quais influenciaram teóricos contemporâneos brasileiros a partir da década de 1990. Ambos afirmam que o crescimento do capitalismo na agricultura possibilitou a intensificação tecnológica, visando a potencialização da produção e defendem que o prognóstico do campesinato consistiria na sua interação ao mercado, no que seria substituído pelo agricultor familiar. Assim, para tais teóricos, não haveria motivo para o debate acerca das questões agrárias, já que o sistema capitalista seria suficiente para encontrar respostas para os possíveis impasses que surgiriam com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Utilizando o desenvolvimento agrário inglês como modelo teórico, Mendras (1984) proclamou a destruição do campesinato francês, após a segunda revolução agrícola. Lamarche (1993) apresenta uma teoria construída sobre as bases de um certo evolucionismo histórico, em que o modelo selvagem do campesinato seria paulatinamente substituído pelo modelo ideal, do agricultor familiar, mediante graus distintos, segundo uma maior ou menor integração ao mercado, sendo o camponês típico, aquele que produz para sua própria subsistência e de sua família, em uma escala, e o agricultor familiar na outra ponta, o que produz de acordo com a lógica do capital (p. 13-33). Teorias baseadas no paradigma do Capitalismo Agrário, frequentemente, associam o campesinato ao atraso e à bestialidade, preconceito cuja origem remonta do século XIII.

Abramovay (2012, p. 127) entende que o caráter camponês da organização social desaparece nas hipóteses em que o produtor agrário se insere no mercado, devendo produzir apenas para o consumo próprio e de sua família. Há, em sua ótica, uma incompatibilidade entre sociedades camponesas e ambiente econômico no qual prepondere relações especificamente mercantis. O camponês não pode direcionar

a produção de acordo com as regras da oferta e da procura, mas concentrá-la tão somente nos estritos limites das necessidades da família. Caso isso ocorra, leva consigo o “próprio caráter burguês da organização social”.

Como observa Paulino (2012, p. 65), na teoria de Abramovay há uma proposta de substituição, quase automática, do termo camponês por agricultura familiar, afastando todas as demais particularidades que caracterizam o camponês, privilegiando o mercado como elemento sobre o qual se baseiam a sociedade e as classes, em uma aproximação com concepções leninistas e afastamento da teoria marxista.

Paulino (2012, p. 56) discorda de Abramovay, por entender que tal limitação no conceito de camponês importaria em uma redução na sua identificação por considerar os camponeses como “seres alheios, alienígenas, produzindo apenas para si e sua família, como se fossem refratários às influências do modo de produção do qual fazem parte”. Em sua visão, no emolduramento do camponês em contornos restritos, como meros trabalhadores familiares, está implícita uma estratégia política de banimento do conceito conquanto uma classe social. Com efeito, a oposição de Paulino está alinhada à teoria chayanoviana, segundo a qual não haveria qualquer incompatibilidade entre o planejamento dos cultivos camponeses com base no mercado.

De acordo com José Eli da Veiga (2012, p. 32), a transição da agricultura feudal da Europa para a moderna pode ser resumida em três modelos, resultados das diferenças entre o embate de nobres e camponeses e do período em que ocorreu a limitação dos territórios: o inglês, o do Leste e o do Oeste. A agricultura familiar, em sua tese, deve ser favorecida e integrada ao mercado, que impulsionará o desenvolvimento do capitalismo (FELÍCIO, 2011).

Para José Graziano da Silva (1981, p. 45), o camponês é parte da estrutura capitalista, pois o sistema sempre consegue encontrar meios de alcançar a produção do campo sobejante. Em relação à expansão do capitalismo no campo, Silva (1985, p. 40) defende que o capital privilegia algumas culturas, regiões e tipos específicos de médias e grandes unidades produtivas. Para ele, não haveria outro caminho ao camponês além do de aceitar as regras do mercado (SILVA, 1999, p. 45, 137-138).

Schneider (2003) reconhece a posição de destaque da agricultura familiar e destaca as suas modificações, passando o cultivo da terra a ser cada vez mais concebido em apenas uma de duas dimensões. Trata-se da pluriatividade - uma forma de organização do trabalho em expansão, quando um ou mais membros da família passam a exercer atividades fora do contexto agrícola, seja no interior ou no exterior das propriedades. São atividades econômicas e produtivas, ligadas ou não à agricultura ou ao cultivo da terra. A pluriatividade é, segundo o autor, uma importante estratégia de reprodução social e econômica das famílias do campo. Até mesmo o camponês, enquanto sujeito, é reduzido a um produto do capital, ao ser introduzido na paisagem turística do campo, conquanto produto: “o trabalhador com chapéu de palha que retira leite da vaca, que colhe as verduras etc.; proletarizado nos empreendimentos turísticos” (BASSETTI, 2009, p. 4).

AUTORES DOS DOIS PARADIGMAS

José de Souza Martins (2010) e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2014) foram incluídos em um terceiro grupo, o dos autores que, em algum momento, mudaram a estrutura de seu trabalho, de forma a migrar de um paradigma a outro. Como observa Felício (2011), as teses centrais do paradigma da Questão Agrária estão presentes nos dois primeiros períodos dos estudos de Martins. A partir do terceiro período de sua obra, Martins passa a defender as ideias nucleares ao paradigma do Capitalismo Agrário. Já na obra de Wanderley, o caminho é inverso: os fundamentos teóricos do paradigma do Capitalismo Agrário encontram-se no segundo período e no terceiro, as teses do paradigma da Questão Agrária estão perceptíveis.

No livro *Os camponeses e a política no Brasil*, publicado em 1981, Martins percorre a trajetória do campesinato brasileiro na história política desde o fim da escravidão, em 1888, até o golpe militar de 1964, e demonstra que o campesinato é a única classe social que, desde a proclamação da República, posiciona-se contrariamente ao Exército, em um protagonismo na luta contra o capital.

Os princípios basilares de seus trabalhos adquirem uma nova feição e Martins (2000) passa a negar a posição de protagonista do campesinato, considerando-o um segmento reacionário que “nunca teve, em consequência da escravidão, um campesinato livre significativamente capaz de defender os próprios direitos” (MARTINS, 2000, p. 142). Defende, o citado autor, que a função do campesinato no desenvolvimento da industrialização da agricultura foi secundária e que, para subsistir, o campesinato deverá integrar-se ao mercado, aderir aos avanços tecnológicos e maximizar sua produção, teses defendidas pelo paradigma do Capitalismo Agrário.

Nos estudos de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2014), o conceito de campesinato no Brasil ainda é tema controverso, ponto central de disputas políticas, pois o que está em jogo é a posição social desses agricultores. A autonomia dos agricultores familiares tem sido reafirmada, compreendendo-os como sujeitos dotados de uma experiência com a terra, a qual os possibilita assumir posição de destaque no progresso do meio rural brasileiro. Para ela, o campesinato é historicamente predominante nas sociedades tradicionais e se constitui de grupos sociais que estão em transição entre a tribo primitiva e a sociedade industrial (FELÍCIO, 2011).

O capitalismo sobrevive e depende da ocupação de novos territórios, pela expansão de seu “Império”, com crescente e insaciável acumulação de riquezas, em um ritmo frenético. A lógica camponesa é distinta. O camponês mantém o controle sobre o seu trabalho, sobre os meios de produção, sobre seu tempo, obedecendo as estações do ano. O valor não é a renda, mas a terra. Não é a acumulação, mas a sua autonomia, sua liberdade, comparecendo no mundo sem viver a alienação do trabalho.

CAMPESINATO – CONCEITO POLÍTICO

As dificuldades na contextualização dos aspectos teóricos da questão agrária e na definição do conceito de campesinato no contexto brasileiro não são poucas, uma vez que a nossa estrutura fundiária encontra-se inserida em um contexto histórico-social amplo, construído a partir de tempos históricos circulares que remontam ao início da construção do território brasileiro, em seu período colonial, processo cujos contornos foram e são definidos de acordo com o inter-relacionamento das classes e categorias sociais. Antes mesmo da chegada dos imigrantes europeus em áreas estratégicas e de fronteiras, a classe camponesa estava em um período gestacional, marcado por um complexo processo de expropriação e espoliação de um grupo de trabalhadores depauperados que viviam em uma espécie de território paralelo à grande propriedade: os agregados, brancos e mestiços, indivíduos do mundo rural, desprovidos dos meios de produção, sem uma função específica na ordem produtiva (GUIMARÃES, 2009, p. 44). É possível perceber a disputa entre os modelos paradigmáticos apontados no tópico anterior, na luta pelo acesso à terra, desde o primeiro dia em que os europeus pisaram a *Terra Brasilis*.

A concepção segundo a qual o surgimento da pequena propriedade no Brasil se deu a partir da colonização europeia no século XIX, pela dádiva de grupos políticos que procuravam apenas a colonização do solo brasileiro, se apresenta como uma amnésia, uma negação da posição de resistência histórica da classe camponesa. A figura do brasileiro nativo “indolente” ou “incapaz” para o trabalho tem um sentido prático: “apagar da história a longa e obstinada batalha que os elementos geradores da classe camponesa tiveram de travar contra os seus inimigos, até emergirem definitivamente na vida rural brasileira” (GUIMARÃES, 2009, p. 48).

A par da complexidade da questão agrária do Brasil, e talvez por esta razão, outra dificuldade comumente apresentada para a sedimentação de uma posição política marcada pela luta ao acesso à terra é a ausência de identificação dos próprios indivíduos como classe camponesa. Como muito bem lembra Paulino (2012, p. 29), antes de dizer que são camponeses (se é que o fazem), apresentam-se como agricultores, lavradores, boias-frias, parceiros, meeiros ou sitiantes. A ausência de autoidentificação conquanto classe não impede o seu reconhecimento, marcado pelo próprio controle sobre os meios de produção e sobre o próprio trabalho. Essa aversão ao uso do termo, pelos próprios agentes, é facilmente explicada em razão do curso da história no Brasil, ao associar os camponeses ao atraso e à selvageria, “evidentemente pela óptica dos que conservaram por séculos o poder dos registros escritos, que são os que efetivamente entram para a história” (PAULINO, 2012, p. 30). O significado de campesinato, portanto, é um impasse muito mais político que conceitual, objeto de um intenso debate e de disputas travadas na arena política, envolvendo diversos movimentos sociais, pesquisadores acadêmicos e agentes formuladores de políticas públicas, dentre outros.

Segundo Wanderley (2014), o campesinato possui dupla conotação. Para alguns, corresponderia “às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispondo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social”. Seria, nesse caso, figura distinta da agricultura familiar, pelo fato de essa modalidade estar mais integrada às cidades e aos mercados, muito embora possuam, ambas, condições de produção restritas. Para outro grupo, a palavra campesinato possui forte conteúdo político pela sua associação ao movimento camponês, considerado “subversivo” e, por esse motivo, foi fortemente perseguido pelos governos militares, no poder de 1964 a 1985. Assim, a busca de uma expressão mais aceita politicamente, levou, nesse período, à adoção oficial de expressões outras, com forte conteúdo depreciativo e impreciso, como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência” e “produtores de baixa renda”. Seyferth (2011), citando um estudo sobre as peculiaridades do campesinato latino-americano de Wolf, lembra o quão árdua é a tarefa de conceituar o sujeito camponês, uma vez que conceitos são instrumentos abstratos do pensamento e não verdades imutáveis.

A categoria “agricultura familiar” foi adotada pelo Estado brasileiro, nos anos 1990, com a formulação do Pronaf, um amplo programa de apoio à produção agrícola de base familiar. A partir de então o conteúdo histórico-político que a palavra “camponês” inspirava foi disperso, “ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades” (WANDERLEY, 2014). Os agricultores familiares integrantes das principais culturas agropecuárias do país, que participam das cadeias produtivas globalizadas, são incluídos na categoria genérica do “agronegócio”, assim como os grandes empresários do setor agrícola do país.

O campesinato brasileiro foi impulsionado pela lógica capitalista, em um processo iniciado pela drástica desterritorialização dos povos nativos, mediante o etnocídio, genocídio e aculturação dos diferentes povos indígenas. Ao grupo dos aprisionados e coagidos, somam-se os escravos e em seguida, os europeus, excluídos do acordo pelo monopólio de classes instaurado no Brasil, unidos pela luta por liberdade e por terras onde possam trabalhar e viver em dignidade. A existência do campesinato, relação não-capitalista de produção, “representa, contraditoriamente, possibilidade de acumulação do capital fora do circuito produtivo tipicamente capitalista” (PAULINO, 2012, p. 43). Essa particularidade, longe de ser meramente teórica, é o fio condutor a compreender-se por qual motivo as culturas que formam os principais itens da alimentação básica da população brasileira são produzidas por agricultores familiares. A interpretação de que o camponês inserido no mercado capitalista e que utiliza modernas tecnologias não pode ser visto como pertencente a essa categoria, mas sim a uma categoria “superior”, a de agricultor familiar, como uma espécie de ascensão social, é equivocada. Em verdade, “criou-se um novo nome para se falar do mesmo sujeito” (FERNANDES, 2007, p. 79). O camponês não é o agricultor pobre,

que planta apenas para sua subsistência, vivendo em uma espécie de ilha, isolado do mundo capitalista.

Permitam-me tentar precisar ainda melhor essa ideia central para meu argumento neste ensaio. Esse sujeito social peculiar, o camponês, possui posição de protagonismo no que se refere à relevante e urgente temática das estratégias nacionais para assegurar alimentação à população, de forma permanente. Isso porque não é pelo caminho da importação que a segurança alimentar será garantida, como lembra Mazzei (2007), em razão, justamente, da insegurança que a dependência de produtos externos proporciona. As políticas de importação de grandes quantidades de alimentos a preços subsidiados possuem um efeito social nefasto e destruidor, ao levar os produtores locais à ruína, expulsando-os do campo. O caminho da segurança alimentar é o inverso: a promoção do homem do campo, mediante a proteção do acesso à terra, com apoio para transformá-la em área produtiva (ROSSET, 2003).

A concepção fatalista, segundo a qual a fome e a desnutrição seriam efeitos de catástrofes ou de eventos geográficos foi contestada por Souza (2009). A crise dos alimentos surge a partir da construção de obstáculos que excluem milhões de pessoas do acesso à terra e de instrumentos e insumos necessários à produção de alimentos. O atingimento da soberania alimentar só será possível pela promoção de uma radical Reforma Agrária, com a promoção das agriculturas familiares.

Para além dos imaginários sociais de que em algum momento na história do Brasil ocorrerá a Reforma Agrária, diante da rapidez da desterritorialização da agricultura camponesa, do empobrecimento dos pequenos agricultores, a ocupação da terra apresenta-se como forma de ressocialização. O território, para o camponês, é um trunfo (FERNANDES, 2007). Cada ocupação de terra é uma batalha vencida na arena das disputas entre os territórios do capital e do campesinato. O camponês “pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio”, dentre as quais encontra-se justamente a imprecisão de sua identidade socioterritorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O camponês é o mesmo sujeito do agricultor familiar: uma organização econômica fundada no trabalho da família, ainda que possua algum grau de integração aos mercados e de tecnificação. A dificuldade é, efetivamente, traçar a linha divisória entre essa modalidade de relação de trabalho para aquela fundada sobre as bases de trabalho assalariado, construída como uma empresa capitalista. Essa passagem é cinzenta e não comporta uma análise exata de tais parâmetros. Um pressuposto implícito da manobra analítica que considera o campesinato uma forma arcaica de agricultura, na busca por se manter não apenas as premissas do “evolucionismo histórico”, mencionado anteriormente, passa pela estratégia de menosprezar e diminuir o conteúdo político da categoria, associando-o a movimentos “subversivos”.

Uma grande parte dos teóricos que se detiveram no estudo do campesinato na América Latina estava, e ainda está, influenciada, explícita ou implicitamente, por essa pressuposição.

A maneira de compreender o homem da roça tem uma história de romantismo, expressada pelo Jeca Tatu de Monteiro Lobato. A partir da noção de “evolução humana”, importada diretamente de construções teóricas produzidas nos países centrais, Lobato não produz, mas revela o argumento, alicerce de uma visão eugenista do autor, impregnada no ideário da sociedade brasileira. No contexto deste artigo, convém destacar a ideia do caipira associada ao homem que trabalha a terra com suas mãos, reproduzindo a indiferenciação, característica de teorias que associam raça, gênero e nação e defendem a oposição à vida simples como antídoto para os problemas dos indivíduos que possuem uma estreita relação com a terra.

Para o objetivo deste estudo, no entanto, o fundamental é enfatizar que essa ideologia subjacente ao discurso do capitalismo agrário possui interconexão com um componente implícito: o formato de alto grau de concentração fundiária, característica que remonta ao período da colonização europeia. E esse é o ponto central no debate da questão agrária no Brasil: o traçado sesmarial persiste.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALVES, F. D. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Revista Mercator**, Fortaleza, Vol. 8, n. 16, 2009.

BAIARDI A.; ALENCAR, M. M. A. Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil. **RESR**, São Paulo, Vol. 52, Supl. 1, p. S045-S062, 2014.

BARTRA, A. Marginales, Polifônicos, Trashumantes: os campesinos del milênio. FERNANDES, B.F.; MARQUES, M.I.M, SUZUKI, J.C. (orgs.). In: **Geografia Agrária Teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 85-103.

BASSETTI, T. M. B. **Turismo e campesinato – embates ideológicos e culturais em Colombo-PR**. 2009. Tese (doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

BORSATTO S. B.; CARMO S. C. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol.51, n.4, dez, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>>. Acesso em 17 jan. 2017.

CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. 2012. 387 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” (Unesp), Presidente Prudente.

CARNEIRO, P. A S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. 2009. Campo-território. **Revista de geografia agrária**, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP. 2011.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. v. 34, N° 2 • JUL / DEZ – 2007, p. 76-93.

GUIMARÃES, A. P. VI Formação da pequena propriedade: I. Intrusos e posseiros. In: Quatro séculos de latifúndio. Camponeses brasileiros Leituras e interpretações clássicas, volume 1. In: In: WELCH, Clifford A; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B; WANDERLEY, M. N. et al. (Orgs.). **Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009. 335p.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 3. ed., 1980.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARTINS, J. S. **A sujeição da renda da terra ao capital**. Encontros com a civilização brasileira, 22. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

_____. **Reforma Agrária O impossível Diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2011.

MARX, K; ENGELS F., **A ideologia alemã**. Martins Fontes. São Paulo: 2001.

MENDONÇA, A. L.O. **O legado de Thomas Kuhn após cinquenta anos**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielophp? Script=sci_arttextEpid=S3166201200300006](http://www.scielo.br/scielophp?Script=sci_arttextEpid=S3166201200300006)>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MENDRAS, H, **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **La Fin des paysans**. Paris: Actes Sud, 1984.

NETTO, José Paulo (Org.). **Lênin: o desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PAULINO, E. T., **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2012.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SABOURIN, E., Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento, 2011. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SANTOS, C. R.S., Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo. **Revista Mercator**, v. 9, n. 18, jan./abr, p. 27-38, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEYFERTH, G. Campesinato e o estado no Brasil. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 395-417, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200006>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SHANIN, T. **La classe Incomoda**. Alianza Editorial: Madrid, 1983.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**, São Paulo: Zahar, 1981.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

SOUZA, A. S. Um debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia: um desafio de percepção e de prática. Ou, de que lado é o meu quintal? **Revista Pegada**, vol. 10, n.1, jun. /2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1682/1617>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ, Sociol. Rural**, Brasília, vol. 52. supl. 1., 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

Natália Lampert Batista: Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Atualmente é Professora de Geografia (Anos Finais) na Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM) e Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto Geografia - UFSM. Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 8, 20
agroecologia 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 21
Água 6, 118, 125, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

C

Campesinato 8, 16, 20, 21
Capitalismo 8, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 65

D

desenvolvimento sustentável 1
Dinâmica Socioeconômica 201

E

Educação 5, 7, 84, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 153, 155, 162, 163, 165, 176, 178, 188, 189, 193, 194, 197, 199, 200, 215
Emancipação 194, 200
Envelhecimento Humano 201
Estado 17, 27, 30, 41, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 66, 67, 70, 72, 74, 75, 76, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 104, 106, 107, 109, 110, 113, 119, 127, 128, 130, 145, 146, 169, 197, 198, 199, 202

F

Fragilidade Ambiental 114, 115, 116, 119, 121, 126, 127, 128

G

Geografia 2, 5, 6, 7, 1, 19, 20, 25, 40, 41, 52, 54, 55, 63, 64, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 111, 114, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 193, 201, 205, 207, 214, 215, 216, 217, 218
Geopolítica 145, 150, 151, 152, 164
Georreferenciamento 22
gestão urbana 74, 75

H

Haiti 54, 57, 58, 60, 68

L

Legislação Ambiental 78, 82

lugar 6, 3, 11, 13, 71, 76, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 137, 154, 155, 158, 159, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 189, 199, 205, 206, 207, 208

M

Migração 54, 63, 64

N

Neoliberalismo 5, 65, 72

P

planejamento urbano e regional 6, 74, 76

possibilidades 71, 74, 93, 95, 149, 197

Q

Questão agrária 8

R

Raciocínio Geográfico 164

Reforma Trabalhista 5, 65, 66, 67, 68, 69

Relação Produção-Consumo 22

Relação Rural-Urbano 22

Rio Dourados 6, 114, 115, 126, 127

S

Semiárido 144

T

Território 52, 78, 80, 88

Trabalhadores Rurais 19, 194

Trabalho 7, 54, 55, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 101, 194, 199, 200

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-489-4

